

A quantas andam as negociações com servidores federais, segundo a ministra Esther Dweck

A ministra da Gestão, Esther Dweck, comentou, em entrevista concedida ao programa 'Bom Dia Ministro', produzido pela Secom, nesta quinta-feira, 15, o andamento das negociações em curso sobre reajustes salariais no funcionalismo público.

Na entrevista, ela enfatizou que uma das prioridades do governo foi a reabertura das mesas de negociação, resultando em um aumento linear de 9% para todos os servidores em 2023, como resposta à defasagem salarial acumulada desde o governo Michel Temer.

Dweck ressaltou que, embora esse primeiro acordo tenha sido aceito, várias categorias continuam pressionando por reajustes específicos, com negociações já fechadas para 29 categorias, incluindo o Ibama e servidores ambientais, o que representa 90% dos servidores com acordos assinados. Contudo, ainda restam negociações em aberto com o INSS e analistas de infraestrutura, responsá-

veis pelas obras do Novo PAC.

Muitas categorias, contudo, não aceitam a proposta. Segundo a ministra, "não porque consideram o reajuste baixo, mas porque gostariam de ganhar igual a uma carreira que está acima delas". Dweck disse entender as demandas e as preocupações de cada categoria, mas esclareceu que o governo federal já chegou ao limite orçamentário de propostas.

"Não estou nem fazendo uma análise de mérito, se o que ela está pedindo é correto ou não. É uma questão fiscal e até do fato de a gente negociar com mais de um milhão de pessoas, na verdade", disse. A ministra alertou que o governo tem até sexta-feira 16 para finalizar todos os acordos que entrarão no Projeto de Lei Orçamentária de 2024. Caso as negociações não sejam concluídas até essa data, não há garantia de que os reajustes sejam aplicados a partir de janeiro de 2025.

"Precisamos encaminhar ao Congresso o PLOA com todos os acordos já assinados. Quem a gente não fechar essa semana não entra nesse projeto de lei inicial e aí não garantimos o reajuste a partir de janeiro do ano que vem", reforçou.

Dweck também defendeu que, apesar de não compensar todas as perdas, os aumentos concedidos são significativos e representam ganhos reais. Ela fez um apelo para que os servidores compreendam o limite orçamentário do governo e reconheçam os esforços feitos para atender demandas não salariais específicas de algumas categorias.

Além disso, destacou, o Ministério da Gestão vem atendendo a outras demandas, que não são salariais, mas que contemplam pontos específicos de algumas categorias.

Fonte: Carta Capital

Uema abre inscrições para curso de libras para crianças

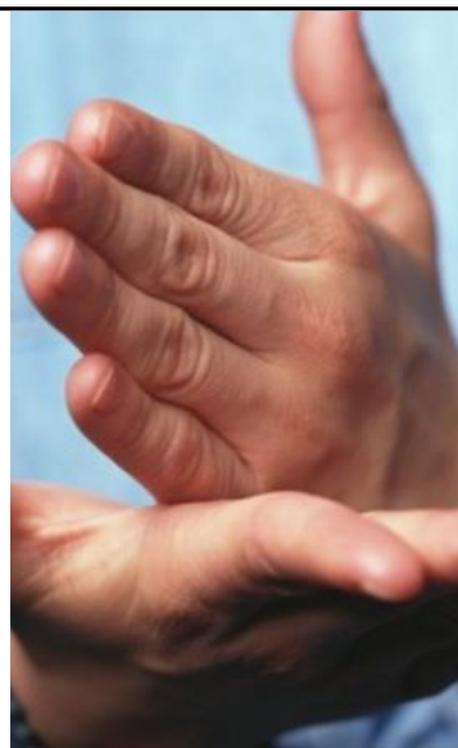
A Universidade Estadual do Maranhão (Uema), por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), anunciou a abertura das inscrições para o curso de extensão "Libras Para Crianças". As inscrições estão abertas até o dia 27 de agosto, com uma taxa única de R\$ 30,00.

O curso, que acontecerá entre 30 de agosto e 1º de novembro de 2024, será realizado em 10 encontros semanais, totalizando 30 horas de carga horária. As aulas ocorrerão às sextas-feiras, das 14h às 17h, no Campus da Uema. O número de va-

gas é limitado a 20 participantes, e o público-alvo são crianças interessadas em aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

As inscrições podem ser feitas pelo site da Uema. O pagamento da taxa de inscrição deve ser realizado via depósito identificado ou transferência bancária para a conta do Banco do Brasil, em nome do responsável pelo candidato. Este curso é uma oportunidade única para que as crianças aprendam Libras, contribuindo para a inclusão e acessibilidade desde cedo.

Fonte: UEMA



Taxa de desemprego recua em 15 estados no segundo trimestre, diz IBGE

A taxa de desemprego recuou em 15 das 27 unidades da federação no segundo trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre. Nos demais locais, a taxa ficou estável. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad-C), divulgada nesta quinta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A maior queda foi observada na Bahia (-2,9 pontos percentuais), já que o estado passou de uma taxa de desocupação de 14% no primeiro trimestre para 11,1% no segundo trimestre. Apesar disso, o mercado de trabalho baiano apresenta o segundo maior índice do país, ficando atrás apenas de Pernambuco (11,5%).

A média da taxa de desemprego no país caiu 1 ponto percentual, passando de 7,9% para 6,9% no período, conforme divulgado no fim de julho.

Além da Bahia, outros nove estados tiveram queda acima da média nacional: Piauí (-2,4 pontos percentuais, ao passar de 10% para 7,6%), Amazonas (-1,9 ponto percentual, ao passar de 9,8% para 7,9%), Alagoas (-1,8 ponto percentual, ao passar de 9,9% para 8,1%), Tocantins (-1,7 ponto percentual, ao passar de 6% para 4,3%), Acre (-1,7 ponto percentual, ao passar de 8,9% para 7,2%), Espírito Santo (-1,4 ponto percentual, ao passar de 5,9% para 4,5%), Maranhão (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,4% para 7,3%), Ceará (-



1,1 ponto percentual, ao passar de 8,6% para 7,5%) e Pará (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,5% para 7,4%).

Minas Gerais e São Paulo tiveram a mesma queda da média nacional, sendo que o primeiro recuou de 6,3% para 5,3% e o segundo, de 7,4% para 6,4%.

Com quedas menos intensas do que a média nacional, aparecem Goiás (-0,9 ponto percentual, ao passar de 6,1% para 5,2%), Rio de Janeiro (-0,7 ponto percentual, ao passar de 10,3% para 9,6%) e Santa Catarina (-0,6 ponto percentual, ao passar de 3,8% para 3,2%). Este último estado apresentou a taxa mais baixa entre todas as unidades da federação.

Mato Grosso e Rondônia mantiveram-se estáveis e com taxas semelhantes a Santa Catarina (3,3%). Ainda na casa dos 3 pontos, aparece Mato Grosso do Sul, com 3,8%.

Além desses, apresentaram estabilidade na taxa de desocupação, Paraná (4,4%), Rio Grande do Sul (5,9%), Roraima (7,1%), Paraíba (8,6%), Amapá (9%),

Sergipe (9,1%), Rio Grande do Norte (9,1%), Distrito Federal (9,7%) e Pernambuco (11,5%).

Rendimento

Apenas quatro estados tiveram aumento de rendimento médio real mensal habitual do primeiro para o segundo trimestre deste ano: Rondônia (8,7%), Pernambuco (8,5%), Ceará (7,2%) e Rio Grande do Sul (5%). As demais unidades da federação mantiveram os valores estáveis.

Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, no entanto, o rendimento cresceu em dez estados: Rio Grande do Norte (19,8%), Bahia (15,9%), Rondônia (13,3%), Maranhão (9,2%), Rio Grande do Sul (8,9%), Minas Gerais (7,5%), Paraná (6,7%), Mato Grosso (6,3%), São Paulo (6%) e Santa Catarina (5,5%).

O Distrito Federal continua com o maior rendimento médio (R\$ 5.154), enquanto o Maranhão segue com o menor valor (R\$ 2.088).

Fonte: CUT